



Vol. 4 nº 8 jul./dez. 2009
p. 87-98

UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO ESTADO DE RONDÔNIA: INDICATIVOS PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Egeslaine de Nez¹

(Universidade do Estado do Mato Grosso)

Sandra Mara Alves Macedo²

(Faculdades Integradas de Cacoal - UNESC)

Resumo: Esta pesquisa teve como objetivo caracterizar a educação infantil, no município de Cacoal/RO, bem como analisar as políticas educacionais para a formação dos profissionais que atuam neste nível. A qualidade de ensino na educação infantil é uma luta fundamental neste momento de inclusão deste nível no sistema educacional brasileiro. Diante disto, num primeiro momento foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a educação infantil e a política de formação de professores. Posteriormente uma pesquisa de campo junto aos professores deste nível no que se refere às interfaces do cuidar e do educar, além de possibilitar uma reflexão sobre a importância da atuação dos mesmos nesses ambientes. Os dados apresentados pela pesquisa indicam que prevalece a tendência de compreender o cuidar e educar como mera associação de duas diferentes funções: uma relativa ao zelo; outra, preocupada com a transmissão de conhecimentos e normas de comportamentos. A realidade tem revelado essa confusão e as dificuldades instaladas ao longo de décadas dessa prática nas instituições, em que cuidar remete à ideia de assistencialismo e, educar à de ensino/aprendizagem. Finalmente, entende-se que no campo das políticas educacionais para a formação de professores para a educação infantil merece atenção especial das políticas públicas educacionais.

Palavras-Chave: Políticas educacionais; Educação infantil; Formação de professores.

AN ANALYSIS OF FORMATION OF TEACHERS OF EDUCATION IN STATE OF INFANT
RONDÔNIA: INDICATIVE FOR EDUCATIONAL POLICIES

Abstract: This study aimed to characterize the kindergarten, in the municipality of Cacoal/RO, and examine the educational policies for the training of professionals who work on this level. The quality of education in early childhood education is a fundamental struggle at the moment of this level of inclusion in the Brazilian educational system.

Given this, a first time a search was conducted literature on early childhood education policy and teacher training. Subsequently, a search field with teachers this level regarding interfaces of care and educate, in addition to providing a reflection on the importance of the role of the same in such environments. The data presented by the search indicate that the prevailing tendency to understand the care and education as a mere association of two different functions: one for the zeal; another, concerned about the transmission of knowledge and standards of behavior. The reality has shown that confusion and difficulties installed over decades of this practice in institutions, where care refers to the idea of welfarism, and to educate the teaching/learning. Finally, it is understood that in the field of educational policies for the training of teachers for early childhood education deserves special attention of public policy education.

Keywords: Educational policies; Early childhood education; Teacher training.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, a área da Educação infantil tem passado por importantes mudanças, principalmente ao final da década de 1980 e durante os anos 90. É nesse período que se inicia o movimento em busca de um trabalho adequado às especificidades das crianças de zero a seis anos, assim como a preocupação com a formação dos professores que atuam ou atuarão neste contexto de grandes definições.

Essas mudanças são marcadas, a começar, pela Constituição Federal de 1988; pelo documento Política Nacional de Educação Infantil apresentado em 1994; pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, e também pelos trabalhos e pesquisas de profissionais da área (OLIVEIRA, 2002, CRAIDY e KAERCHER, 2001, KRAMER, 2003).

A Constituição Federal (2005) apresentou contribuições e avanços para a valorização da criança como sujeito de direitos que interage com seu meio e tem sua própria cultura. Desta forma, constitui-se um marco decisivo, em busca de um caráter para as instituições de educação infantil, que se difere da família, dos hospitais e da escola de ensino fundamental.

A partir das deliberações legais, é reconhecido o direito de todas as crianças menores de sete anos a creches e pré-escolas, cujos pais desejarem. O direito de frequentar um ambiente seguro e educativo passou a ser também da criança e não apenas da mãe trabalhadora. Assim, ficou sob responsabilidade do Estado o oferecimento de instituições públicas para a educação infantil.

2. EDUCAÇÃO INFANTIL: EDUCAR E CUIDAR

Em 1994, o Ministério da Educação (MEC) elaborou um documento intitulado Política Nacional de Educação Infantil que apresenta diretrizes pedagógicas relacionadas à caracterização da educação infantil. Este documento define que o trabalho realizado com as crianças de zero a seis anos deve cumprir “duas funções complementares e indissociáveis: cuidar e educar, complementando os cuidados e a educação realizados na família” (BRASIL, 1998, p. 17). Assim, a dicotomia, muitas vezes vivida entre o cuidar e o educar deve começar a ser desmistificada:

Todos os momentos podem ser pedagógicos e de cuidados no trabalho com crianças de zero a seis anos. Tudo dependerá da forma como se pensam e se procedem às ações. Ao promovê-las proporcionamos cuidados básicos, ao mesmo tempo em que atentamos para construção da autonomia, dos conceitos, das habilidades, do conhecimento físico e social (BARBOSA e HORN, 2001, p. 70).

A partir disso, aposta-se na qualificação do professor da educação infantil, uma vez que este tem a função de educar e cuidar de forma integrada sem sobrepor o cuidado à educação e vice-versa. O documento estabelece ainda a valorização deste profissional, no que diz respeito às condições de trabalho, plano de carreira, remuneração e formação, que deve ser garantida, pensando-se assim, numa possibilidade de política pública para a formação de professores. Bujes (2001) enfatiza que:

Compete à educadora perceber quais são as características daquela criança, seu jeito de ser e de se relacionar com o novo ambiente que agora passará a frequentar bem como a maneira como interage com os/as colegas e com as pessoas que dela cuidam/educam. É preciso, respeitar o ritmo de cada criança, bem como suas manifestações de medo e ansiedade (p. 32).

Nesse sentido, a necessidade de formação de professores que atendam a essas particularidades da educação infantil, que muitas vezes não são nem comentadas e muito menos estudadas nos cursos de graduação nas licenciaturas no ensino superior. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96 definiu pela primeira vez que a educação infantil faz parte da educação básica, ao invés de permanecer ligado a órgãos de saúde ou assistência social. Esta ideia foi uma das preocupações dos pesquisadores da área e fazia parte das reivindicações antigas de movimentos sociais preocupados com a educação da criança pequena. Assim, a educação básica passou a organizar-se em três níveis de ensino: a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

Embora existam situações na qual o modelo antigo ainda ocorra (que em determinados momentos há um responsável para cuidar e outro para educar), atualmente a discussão vai muito além dessa análise simplificada. Cuidar e educar, de

acordo com as novas diretrizes, devem caminhar juntos. Plenamente entendidas e aplicadas, cuidar e educar caminham simultaneamente e de maneira indissociável, possibilitando que ambas as ações construam na totalidade, a identidade e a autonomia da criança.

É interessante destacar que: “Esta inserção das crianças no mundo não seria possível sem que atividades voltadas simultaneamente para cuidar e educar estivessem presentes” (BUJES, 2001, p. 16). O que se tem identificado, na prática, é que os cuidados como a educação têm sido entendidos algumas vezes de forma muito estreita e não atendendo o estabelecido nos documentos oficiais para a educação infantil.

Ao contrário uma prática pautada no educar e cuidar implica o reconhecimento de que o desenvolvimento, a construção dos saberes, a constituição do ser, a socialização não ocorre em momentos estanques e compartimentados. O espaço/tempo que a criança vive exige seu esforço particular e a interação com os adultos como forma de proporcionar ambientes que estimulem a curiosidade com consciência e responsabilidade. Bujes (2001) ainda destaca que:

Todas as ações, formas de expressão, de manifestação do gosto, da sensibilidade infantil são marcadas pelo que é vivido e aprendido nas creches e pré-escolas (mas também fora delas). Tudo isso constitui conhecimento escolar na educação infantil. Tudo isso faz parte da experiência curricular (p. 20).

Nesse constante fazer dentro da instituição educacional, há momentos em que uma ação pedagógica incisiva se faz necessária, pois o educador, em algumas situações, necessita cobrar dos pais e demais profissionais, atitudes que visam ao melhor desenvolvimento da criança. Essa ação, por vezes, não é bem compreendida. Assim, a família se sente invadida na sua intimidade, recusando-se a enxergar o que não dá mais para esconder e, nesse momento, o educador incomodado com o descaso por parte da família, se pergunta: Afinal, quem cuida? Quem educa? Para estes momentos, se faz ímpar uma formação desses profissionais que ultrapasse apenas um curso médio em modalidade de magistério ou de monitoria, e avance para a educação superior, buscando a Pedagogia como curso de formação inicial para estes profissionais:

A educação envolve simultaneamente cuidar e educar. Vamos perceber que esta forma de concebê-la vai ter consequências profundas na organização das experiências que ocorrem nas creches e pré-escolas, dando a elas características que vão marcar sua identidade como instituições que são diferentes da família, mas também da escola (aquela voltada para as crianças maiores de sete anos). Enquanto se mantiver a confusão de papéis que vê na família ou na escola quem perde é a criança (BUJES, 2001, p. 17).

Torna-se importante uma parceria de todos para o bem-estar do educando. Cuidar e educar envolve estudo, dedicação, cooperação, cumplicidade e, principal-

mente, cuidado de todos os responsáveis pelo processo, que se mostra dinâmico e em constante evolução, por isso a necessidade de uma política de formação de professores adequada a essa realidade da educação infantil.

Na educação infantil o “cuidar” é parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que exploram a dimensão pedagógica. Cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimento e a cooperação de profissionais de diferentes áreas. Não apenas a monitora para trocar as fraldas, mas a educadora para o contato físico necessário neste momento:

O mais importante, no cuidado humano, é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio, que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos (SIGNORETTE, 2002, p. 23).

Para um desenvolvimento integral da criança há necessidade tanto dos cuidados relacionais que envolvem a dimensão afetiva, quanto dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde, bem como também da forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados. A formação destes professores deve respaldar todos esses conhecimentos necessários para o desenvolvimento de um trabalho que pelo menos signifique um *educar e cuidar* permanente e adequado.

A forma de cuidar, muitas vezes, é influenciada por crenças e valores em torno da saúde, da educação e do desenvolvimento infantil, embora as necessidades humanas básicas sejam comuns como, alimentar-se, proteger-se, entre outras. As formas de identificá-las, valorizá-las e atendê-las são construídas socialmente. As necessidades básicas podem ser modificadas e acrescidas de outras de acordo com o contexto sociocultural.

Pode-se dizer que além daquelas que preservam a vida orgânica, as necessidades afetivas são, também, bases para o desenvolvimento infantil. E aqui se apresenta a questão educacional tão importante para a formação desses profissionais, está se lidando com o desenvolvimento dessas crianças:

O cuidado precisa considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção da saúde. Para se atingir os objetivos dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas, é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseados em conhecimentos específicos sobre desenvolvimento biológico, emocional, e intelectual das crianças, levando em conta diferentes realidades socioculturais (BRASIL, 1998, p. 25).

Para cuidar é preciso um comprometimento com o outro, com sua singularidade, ser solidário com suas necessidades, confiando em suas capacidades. Isso depende a construção de um vínculo entre quem cuida e quem é cuidado. É preciso que a formação deste professor possa ajudar a criança a identificar suas necessidades e priorizá-las, assim como atendê-las de forma adequada.

Portanto, deve-se cuidar da criança como pessoa que está num contínuo crescimento e desenvolvimento, compreendendo sua singularidade, identificando e respondendo às suas necessidades. Isso inclui interessar-se sobre o que a criança sente, pensa, o que ela sabe sobre si e sobre o mundo, visando à ampliação desse conhecimento e de suas habilidades, que, aos poucos, a tornarão mais independente e mais autônoma (BRASIL, 1998).

É de suma importância que as instituições de educação infantil incorporem de maneira integrada as funções de cuidar e educar, não mais diferenciando, nem hierarquizando os profissionais e instituições que atuam com crianças pequenas ou àqueles que trabalham com as de mais idade. As novas funções da educação infantil devem estar associadas a padrões de qualidade. Essa qualidade advém de concepções de desenvolvimento que consideram as crianças nos seus contextos sociais, ambientais, culturais e, mais concretamente, nas interações e práticas sociais que lhes fornecem elementos relacionados às mais diversas linguagens e ao contato com os mais variados conhecimentos para a construção de sua autonomia (BRASIL, 1998).

Podem-se oferecer às crianças, condições para as aprendizagens que ocorrem nas brincadeiras e àquelas advindas de situações pedagógicas intencionais ou aprendizagens orientadas pelos adultos. Contudo, é importante ressaltar que essas aprendizagens, de natureza diversa, ocorrem de maneira integrada no processo de desenvolvimento infantil.

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, de respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (BRASIL, 1998).

Nesse processo, a educação infantil poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis. Para Garcia (2001):

O processo educativo é realizado de várias formas: na família, na rua, nos grupos sociais e, também, na instituição. Educar, nessa primeira etapa da vida, não pode ser confundido com cuidar, ainda que crianças (especialmente as de zero a três anos) necessitem de cuidados elementares para garantia da própria sobrevivência. O que deve permear a discussão não são os cuidados que as crianças devem receber, mas o modo como elas devem recebê-los, já que se alimentar, assear-se, brincar, dormir, interagir são direitos inalienáveis à infância (p. 56).

Para educar, faz-se necessário que o educador crie situações significativas de aprendizagem, se quiser alcançar o desenvolvimento de habilidades cognitivas, psicomotoras e socioafetivas, mas, sobretudo, é fundamental que a formação da criança seja vista como um ato inacabado, sempre sujeito a novas inserções, a novos recuos, a novas tentativas. Nesta perspectiva é que a formação dos professores da educação infantil deve ser gestada e implementada.

3. PESQUISANDO O ESPAÇO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO ESTADO DE RONDÔNIA

Essa pesquisa foi desenvolvida a partir de coleta de dados por meio de questionário e entrevista semi-estruturada aplicados por amostragem em 30% das creches e Escolas de Educação Infantil do Município de Cacoal-RO. Durante o trabalho de campo foram ouvidos dezesseis profissionais, sendo: cinco professores, cinco supervisores educacional, cinco gestores³ e um orientador. Deste total, onze profissionais atuam na rede pública de ensino e cinco na rede privada. Os resultados referem-se a uma amostra, um recorte da realidade e, por isso, apontam tendências e não definições para as políticas educacionais.

O Município de Cacoal está localizado no Estado de Rondônia, conta com uma população aproximada de 79.000 habitantes e apresenta um total de cinco creches⁴ (das quais duas são filantrópicas, com convênio municipal e, três são da rede pública), também possui dez escolas de educação infantil, sendo cinco da rede privada e cinco da rede pública.

Os dados levantados indicam que 100% dos profissionais pesquisados são do sexo feminino, dado de fundamental importância para a identidade desta profissão, uma vez que na sua história tem-se evidenciado a predominância feminina neste trabalho junto às crianças pequenas. Analisando os dados, constata-se que em Cacoal a profissão continua evidenciando traços do discurso social que considera “adequada” a presença de mulheres na prática educativa com crianças pequenas, principalmente neste nível que se estuda nesta pesquisa.

Quanto à formação profissional, com a entrevista constatou-se que 86% das entrevistadas cursaram o magistério no ensino médio, 7% o curso científico e 7% técnico comercial. Das 16 (dezesseis) entrevistadas, uma não possui formação em pedagogia, mas possui formação em educação (curso de letras), outras duas estão cursando pedagogia, todos os outros já tem formação concluída no curso de Pedagogia.

É necessário destacar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação no. 9394/96 determina que os profissionais que atuam junto às crianças de zero a seis anos devem se formar em nível superior, uma vez que não se admite mais o trabalho leigo na educação infantil. Esta formação pode ser feita nas universidades e/ou em Instituições de Educação Superior. Assim, percebe-se que 100% das profissionais entrevistadas possuem formação em curso superior (ou estão cursando), porém

não possuem habilitação específica em educação infantil, em consequência ainda adotam ações que separam o educar do cuidar, confirmando uma desvinculação da teoria/prática, o que evidencia a necessidade da formação continuada na escola, uma política que pode ser adequada pelo poder municipal.

Diante dos relatos dos professores através das entrevistas semi-estruturadas, percebe-se a necessidade de uma formação específica em educação infantil, pois os conhecimentos adquiridos durante a graduação não foram suficientes para o desenvolvimento de suas capacidades de forma a atender essa clientela. De acordo com os autores estudados ao longo do referencial teórico da pesquisa bibliográfica, enfatiza que é fundamental que esses profissionais possuam habilidades e conhecimentos específicos para atuarem na formação intelectual, psicológica e social da criança de zero a seis anos.

Percebeu-se também, a necessidade de se realizar uma revisão nos programas de formação dos educadores para que o exercício profissional esteja pautado dentro de um compromisso social em formar cidadãos autônomos, conscientes, críticos e preparados para o exercício pleno da cidadania. Se a busca é pela qualidade na educação, é importante rever os currículos dos cursos de formação de professores e adequá-los à realidade desses profissionais que se ocupam da etapa de formação mais importante do homem.

Também há que se ressaltar que os gestores nas suas colocações disseram procurar estabelecer uma prática voltada para o educar e o cuidar, mas para que isso acontecesse de fato seria necessário um comprometimento social, ético e político de toda a equipe escolar e principalmente das professoras próximas das crianças. Expressaram, ainda, a necessidade de formação continuada⁵ na área da educação infantil, pois os profissionais, embora não demonstrem, pouco conhecem acerca das teorias relacionadas à educação infantil.

As escolas e creches de educação infantil do Município de Cacoal, tanto da rede pública de ensino, como da rede privada, ainda não possuem espaço físico totalmente adequado. Faltam salas para o desenvolvimento da motricidade e sala de brinquedoteca. Uma das creches visitadas não dispõe de instalações físicas adequadas, tampouco parque infantil. As salas de aula são decoradas com motivos infantis, o mobiliário e os banheiros são adequados para as crianças.

A pesquisa identificou a adoção de tendências progressistas para o processo de ensino aprendizagem primando pelo posicionamento crítico social dos conteúdos, o que lhes permite assumir uma postura sociointeracionista, visando uma melhor qualidade do ensino, bem como lançam mão da metodologia de projetos para reforçar este processo. Durante as entrevistas, junto aos profissionais das escolas, foi dado ênfase às questões referentes às mudanças legais e estruturais sobre educação infantil, no que se refere aos conceitos do educar e cuidar na escola de ensino infantil.

Recordando o referencial teórico destaca-se a “Política Nacional de Educação Infantil” (1994) indicando que o trabalho realizado com as crianças de 0 a 6 anos

deve cumprir as funções de cuidar e educar de forma indissociável e complementar à família. Atenta-se também que a nova LDB/96, trouxe mudanças importantes para a área, definindo pela primeira vez a inclusão da educação infantil como parte da educação básica, tirando a responsabilidade dos órgãos de saúde e assistência social.

Com relação a isso, os dados coletados enfatizam que as escolas de educação infantil estão integradas a Secretaria Municipal de Educação, mas as creches permanecem ligadas a Secretaria Municipal de Assistência Social, o que de certa forma destaca ainda mais a ideia de assistencialismo. Os entrevistados que trabalham nas creches declararam que não se sentem parte da secretaria de educação, pois não usufruem dos benefícios da mesma. Outro fato relevante é que a supervisão dessas creches é realizada pelos profissionais lotados na Secretaria de Assistência Social, assim como o apoio psicológico. Percebe-se aqui a ausência de um atendimento pedagógico apropriado tanto para os alunos quanto para os professores desses espaços educativos.

Deve-se ressaltar que as instituições de educação infantil são espaços educacionais e não apenas de assistência. Nesse sentido, uma das características da nova concepção de educação infantil reside na integração das funções de cuidar e educar, evidenciando aqui a necessidade premente de adequação desta proposta aos espaços de atendimento de crianças na educação infantil neste município.

As profissionais entrevistadas deixaram evidente a falta de compromisso dos pais em relação à educação dos filhos, e ao mesmo tempo tentam compensar as ausências no dia-a-dia com mimos e superproteção. Em contrapartida existe uma minoria de pais que são comprometidos com a educação dos filhos.

Assim, a integração entre a equipe das escolas infantis, creches e pais é de fundamental importância para o desenvolvimento da criança, pois essa parceria implicará em ações nas quais o cuidar e educar se dê de forma partilhada e contínua, pois o objetivo é o mesmo: promover o desenvolvimento integral da criança.

As instituições de educação infantil são espaços educacionais e não apenas de assistência à criança. Nesse sentido, uma das características da nova concepção de educação infantil para a formação de professores deve residir na integração das funções de cuidar e educar. Toda educação visa levar o indivíduo ao progresso, ao pleno desenvolvimento de suas capacidades inatas e adquiridas de forma dinâmica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como finalidade apresentar discussões sobre as relações e interfaces do cuidar e do educar, pois a realidade tem revelado a confusão e as dificuldades instaladas, ao longo de décadas, em função da promoção de uma determinada prática nas instituições de educação infantil, que associam cuidar à ideia de assistencialismo e educar a de ensino/aprendizagem, bem como a questão

das políticas educacionais para a formação de professores.

Ou seja, é perceptível a prevalência da associação do cuidar e educar como constitutivas de duas diferentes funções: uma relativa ao zelo por boa alimentação, segurança física e cuidados com higiene e saúde; outra, preocupada com o repasse de conhecimentos e normas de comportamento.

No entanto, a função destes dois termos parece distante das reflexões que culminam na declaração do cuidar e educar como princípios indissociáveis, ficando aquém da compreensão e promoção do ideal almejado, sendo de certa forma indicativos para as políticas educacionais de formação de professores para a educação infantil, no estado de Rondônia, mais especificamente para a cidade analisada.

A qualidade de ensino na educação infantil é a luta mais fundamental neste momento de inclusão desta modalidade de ensino no sistema educacional, não se pode universalizar tal ensino, sem que, necessariamente se discuta a qualidade e que se tenha instrumentos eficazes de avaliação, que sejam construídos a partir das práticas educativas das profissionais que atuam diretamente com as crianças.

Tais crianças são pequenas e não têm, ainda, maneiras eficazes de resistir, de se desviar, de combater, de se proteger de um processo educativo de baixa qualidade e que não atendem as suas necessidades. Essas instituições são um dos contextos de desenvolvimento da criança. Além de prestar cuidados físicos, ela cria condições para o seu desenvolvimento cognitivo, social e emocional. O importante é que ela seja pensada não como instituição substituta da família, mas como ambiente de socialização diferente do familiar. Nesse espaço se dá o cuidado e a educação de crianças, que aí vivem, convivem, exploram, conhecem, construindo uma visão de mundo e de si mesmas, constituindo-se enquanto sujeitos.

Considera-se, desta forma, que o conceito de cuidar, é percebido tanto pelos gestores quanto pelos professores como importante, colocando a escola como um espaço que além de educar também cuida. Destaca-se, então que cuidar na educação infantil vai além dos cuidados primários como higiene, alimentação, sono, vão desde a preocupação com a organização do espaço (ventilação, limpeza, segurança, higiene dos equipamentos), a atenção aos materiais que são oferecidos como os brinquedos, o respeito às manifestações da criança e principalmente considerar as suas necessidades afetivas que são essenciais para o desenvolvimento da criança.

Assim, ressalta-se que todos os momentos na educação infantil de cuidados podem ser pedagógicos, favorecendo a construção da autonomia, dos conceitos, das habilidades e do conhecimento físico e social. Conforme as mudanças ocorridas através da LDB nº. 9394/96, e amplamente divulgadas pela Política Nacional de Educação Infantil, apresentada nas diretrizes curriculares nacionais, o cuidar e educar são funções complementares e indissociáveis uma da outra.

A pesquisa indicou que a maioria das profissionais, está com esses conceitos interiorizados, e prontos para o cumprimento do que determina a lei, mas de acordo com as declarações das mesmas existem fatores externos que terminam por interferir na transposição da Lei nos espaços escolares como: a falta de compromisso social do professor e formação específica na Educação Infantil e o acom-

panhamento pedagógico dos centros de educação infantil (aqui a possibilidade de adequação do poder municipal no que diz respeito ao atendimento aos centros de educação infantil na parte pedagógica).

Mesmo diante dos obstáculos é inegável que o profissional da educação infantil necessita de melhor formação de fato que este se encontre em condições de educar e cuidar ao mesmo tempo. Outro aspecto relevante dessa pesquisa foi possibilidade de perceber a consciência dos gestores quanto à importância do professor no processo ensino-aprendizagem.

Conclui-se que, a criança inicia o seu desenvolvimento a partir do conhecimento do seu esquema corporal, depois do espaço que ocupa, por isso é muito importante que o ambiente das escolas infantis e creches sejam organizados de modo cuidadoso para que estimulem a exploração de interesses, a imaginação e criatividade desses indivíduos.

Como as crianças pequenas ainda estão desvendando o mundo, tudo é novo e deve ser trabalhado e aprendido, elas não são independentes e autônomas para os próprios cuidados pessoais, precisam ser ajudadas e orientadas a construir hábitos e atitudes corretas, estimuladas na fala e aprimoradas em seu vocabulário.

A vida na instituição infantil deve funcionar com base na tríade pais-educadores-alunos. O bom relacionamento entre esses três personagens é fundamental durante o processo de inserção da criança na vida escolar, além de representar a ação conjunta rumo à consolidação de uma pedagogia voltada para a infância. É interessante finalizar indicando a necessidade de uma política para formação de professores que compreenda esta realidade para a transformação da mesma, buscando aliado a isso profissionais da educação reflexivos para melhorar a qualidade da/na escola brasileira.

5. REFERÊNCIAS

- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BARBOSA, C. S.; HORN, M. G. S. Organização do espaço e do tempo na escola infantil. In: CRAIDY, M.; KAERCHER, G. (Orgs.). **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.
- . **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1996.
- . **Referencial curricular para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BUJES, M. I. E. Escola infantil: pra que te quero? In: CRAIDY, M.; KAERCHER, G. (horas.). **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.
- CRAIDY, M.; KAERCHER, G. (Orgs.). **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

- GARCIA, R. L. **Em defesa da educação infantil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- . **Com a pré-escola nas mãos**. São Paulo: Ática, 2003.
- OLIVEIRA, Z. M. R. **Educação infantil: muitos olhares**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- . **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.
- PAULA, F. A. Concepções de atendimento a criança pequena: caridade, filantropia, assistência e educação infantil. **Revista Línguas e Letras**. Cascavel, 2005.
- SIGNORETTE, A. E. R. S. et al. Educação e cuidado: dimensões afetiva e biológica constituem o binômio de atendimento. **Revista do professor**. Porto Alegre, n. 72, out./dez. 2002.

NOTAS

1 Professora titular da Universidade do Estado do Mato Grosso. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Pesquisadora na área de políticas educacionais. E-mail: e.denez@yahoo.com.br.

2 Docente das Faculdades Integradas de Cacoal - UNESC. E-mail: s_mara.bahia@hotmail.com.

3 Gestores são os coordenadores de creches ou centros de educação infantil, também podem ser chamados em outros estados ou municípios de diretores.

4 Mesmo compreendendo que o termo creche deixou de ser considerado a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, essa é a categorização que o município ainda utiliza.

5 Em consonância com a demanda do mundo do trabalho, a LDB atual em seu Artigo Nº 67 afirma que os sistemas de ensino deverão promover a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes “aperfeiçoamento profissional continuado” e “período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho” (p. 68).

Recebido em: 07/08/2009.

Aprovado para publicação em: 27/11/2009.